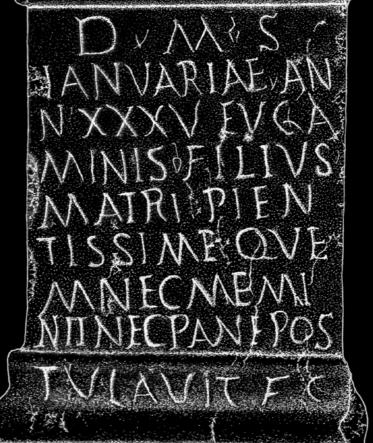
ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 71-72



A MORTE EM LISBOA – NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS



Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

71-72

Ano de Edição

2022

Anos Associativos AAP

2019-2020

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252 secretaria@arqueologos.pt www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Ara funerária romana de Entrecampos (desenho César Neves)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial José Morais Arnaud

A MORTE EM LISBOA - NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS

- 9 A Morte em Lisboa Novos dados, novas problemáticas Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida
- 13 Morrer em Lisboa. Contextos e contributos arqueológicos Margarida Ataide
- 25 *'et sepultus est'* A multiplicidade da morte na Necrópole Noroeste de Olisipo Sílvia Casimiro, Rodrigo Banha da Silva, Francisca Alves Cardoso
- 35 Biografias na Morte: revisitar o Hospital Real de Todos-os-Santos, no séc. XVIII, através das evidências bioarqueológicas
 - Francisca Alves Cardoso, Sílvia Casimiro, Jennifer Laughton, Rodrigo Banha da Silva, Sandra Assis, Nicholas Marquéz-Grant
- 45 Os enterramentos do claustro do Convento do Santíssimo Rei Salvador (Santa Maria Maior) Nathalie Antunes-Ferreira, Nuno Mota
- 57 Vida e morte das freiras do Convento de Santana Nathalie Antunes-Ferreira
- 73 Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa (campanha de 2002-2003) Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes, Carlos Boavida, Joana Gonçalves
- 91 As necrópoles da Igreja e Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015) António Margues, Raguel Santos
- 105 Enterramentos no Largo do Coreto em Carnide: vestígios do cemitério da Ermida do Espírito Santo Susana Garcia, Ana Caessa, Nuno Mota
- 119 Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa

Marina Lourenço, Inês Simão, Lucy Shaw Evangelista, Catarina Furtado

ARTIGOS

- 133 Novedades de arte rupestre premagdaleniense en el centro de la región cantábrica (España) Ramón Montes Barquín, Roberto Ontañón Peredo
- 145 A exploração e consumo de laticínios na pré-história europeia: uma abordagem a partir das "queijeiras" do Ocidente Peninsular

Lucas Barrozo

- 159 O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre a campanha de escavação de 2019
 - César Neves, José Morais Arnaud, Mariana Diniz, Andrea Martins
- 185 Um novo epitáfio de *Olisipo*: a ara funerária romana de Entrecampos (Lisboa) José Morais Arnaud, José d'Encarnação, César Neves

ARTIGOS. DO CARMO A SÃO VICENTE - PARTE II

193 Colóquio de homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira (1943-2014) Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida 195 Do Vicente ao Vencimento, um mosteiro e um convento. Dois contributos para a divulgação de dados histórico-arqueológicos

Carlos Boavida

- 207 Marfins afro-portugueses de São Vicente de Fora (séculos XV-XVI) Mário Varela Gomes
- 219 Castidade ou penitência? O "cinto" em ferro do Mosteiro de São Vicente de Fora Tânia Manuel Casimiro, António Augusto Branco
- 225 D. João VI um caso de envenamento revisitado Sandra Coelho
- 235 S. Vicente de Fora meio século de actividade arqueológica Nuno F. Poínhas Pires

RELATÓRIOS

- 251 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção 2019 losé Morais Arnaud
- 257 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção 2020 losé Morais Arnaud
- 261 Secção de Pré-História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2019 Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 265 Secção de Pré-História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2020 Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 269 Secção de História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2019. Plano de Actividades para o Ano 2020 João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 273 Secção de História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2020. Plano de Actividades para o Ano 2021 João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 275 Comissão de Estudos Olisiponenses AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019 Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 287 Comissão de Estudos Olisiponenses AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020 Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 291 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2019 Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 293 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2020 Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 295 Comissão de Heráldica AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019 Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 297 Comissão de Heráldica AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020 Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 299 Vila Nova de São Pedro de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2019 Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 307 Vila Nova de São Pedro de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2020 Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

MARFINS AFRO-PORTUGUESES DE SÃO VICENTE DE FORA (SÉCULOS XV-XVI)

Mário Varela Gomes

Membro da Academia Nacional de Belas-Artes e da Academia Portuguesa da História / Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa / Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa Av. de Berna, 26C, 1069-061, Lisboa / mv.gomes@fcsh.unl.pt

Resumo

Entre o verdadeiro manancial de informações de carácter arqueológico, proporcionado pelos trabalhos dirigidos pelo Doutor Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, no complexo religioso do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, surgiram dois fragmentos de colheres, de marfim, que atribuímos a produção afro-portuguesa da Serra Leoa (Sapi). Um daqueles testemunhos apresenta motivo geométrico, entrançado, e o outro figuração antropomórfica, muito possivelmente de português, embora ao estilo africano. Trata-se de dois raros exemplares, produzidos ainda nos finais do século XV ou nos inícios da centúria seguinte, que testemunham biografia bem diferente daquela que possuem peças afins, ciosamente guardadas nas colecções reais, eclesiásticas e da alta burguesia europeia (cabinet de curiosités, wunderkammer, kunstkammer), pois foram usadas, quebraram e acabaram no lixo.

Palavras-chave: Afro-português, Mosteiro de São Vicente de Fora, Marfim, Serra Leoa, Sapi.

Abstract

Among the huge amount of information provided by the archaeological excavations supervised by Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira in the São Vicente de Fora Monastery religious complex (Lisbon), two ivory spoon fragments were found. These can be classified as Afro-Portuguese productions made in Sierra Leone (Sapi). One of these artefacts was decorated with geometrical entangled motifs while the other presents an anthropomorphic figure, most likely representing a Portuguese man, in spite of his African style. These are two rare examples, produced in late 15th or early 16th century and the testimony of a peculiar use of such commodities. Its discovery in an archaeological context is quite different from the known objects carefully kept in royal, ecclesiastic or upper bourgeoisie collections (*cabinet de curiosités, wunderkammer, kunstkammer*) since these were used, broken and discarded as garbage.

Keywords: Afro-Portuguese, São Vicente de Fora monastery, Ivories, Sierra Leone, Sapi.

1. PORTUGUESES E MARFINS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Segundo a informação actualmente disponível, os Portugueses terão ultrapassado em 1434 o Cabo Bojador e visitado, pela primeira vez, a Costa da Guiné em 1444. Em 1460, chefiados por Pêro de Sintra, chegaram à Serra Leoa, região com a qual dois anos depois se desenvolvia comércio e assim denominada em documento real de 1472. Seguiu-se o reconhecimento da zona da Mina, na chamada Costa do Ouro, hoje Gana, com Fernão Gomes, em 1471, ano em que João de Santarém e Pêro de Escobar estiveram em Shama, dali trazendo ouro. No ano seguinte os Portugueses alcancariam o Reino do Benim.

Os interesses comerciais e estratégicos, tendo em vista a expansão da influência em África e a passagem para o Oriente foram assegurados aos Portugueses pelo Tratado das Alcáçovas, em 1479, assinado com Castela, confirmando-se aqueles aspectos no Tratado de Tordesilhas, em 1494. O rei português, D. João II, logo em 1481, mandou edificar a feitoria de São Jorge da Mina, agora Almina. No ano seguinte, foi nomeado feitor daquela Diogo de Azambuja (1482), por três anos, sucedendo-lhe por iguais períodos importantes nomes da História nacional, como Diogo Lopes de Sequeira, o navegador e geógrafo Duarte Pacheco Pereira, Estêvão da Gama, filho do grande navegador Vasco da Gama, Valentim Fernandes, entre outros.

A feitoria da Mina chegou a render a Portugal mais de 400 kg de ouro anuais, importância enorme a que se somava o lucro obtido no trato dos panos, da pimenta, malagueta, marfim, de outros produtos e, sobretudo, dos escravos.

Duas outras pequenas feitorias dependiam da Mina, Axém e Shama/Samá. Na Serra Leoa, entre os Sapes ou Sapi, antepassados dos actuais Sherbro, existiu a pouco conhecida feitoria, ou entreposto comercial, de Mitombo/Mitondo, no rio com o mesmo nome, mandada edificar por D. João II e ainda abandonada no seu reinado (Pereira, 1892, Livro 1, cap. 32.º: 55).

Os Portugueses detiveram a feitoria de São Jorge da Mina e o comércio na zona até 1637, altura em que os Holandeses sob as ordens de Maurício de Nassau os substituíram, depois, em 1640, caiu Samá e em 1642, Axém, aproveitando período problemático na governação filipina e primeiros anos da Restauração.

No que concerne a referências a marfins afro-portugueses, a mais antiga data de 1496 e corresponde à entrada em Cabo Verde de catorze colheres, muito possivelmente originárias da Serra Leoa. No ano seguinte surge a menção a três colheres de marfim em documento de quitação por morte de Estêvão Pestana, que foi guarda-roupa no paço de D. João II (Mota, 1975: 580-581). Dois anos depois, no inventário dos bens de Catarina Lobo, que foi mulher de notário, consta "hua colher de marfim de Gujnee" então avaliada ao preço da prata (Lowe, 2015: 167).

Nos registos da alfândega da Casa da Guiné e Mina, constam, nos anos de 1504-1505, referências à importação de cento e catorze "colhares de marfy" e de três saleiros da mesma matéria-prima, um dos quais pertencia a António Rebelo que fora escrivão em Axém, embora não se especifiquem as suas origens concretas (Mota, 1975: 581-582; Lowe, 2016: 118). No entanto, ali terão chegado, em outras datas, indubitavelmente, garfos, trompas (olifantes), píxides, cofres, polvorinhos e muitos outros objectos ebúrneos de origem africana, produzidos sobretudo na Serra Leoa e no Benim. Por exemplo, inventariou-se, na visitação feita em 1508 à igreja da Conceição de Lisboa, pertencente à Ordem de Cristo e cujo mestre era o rei D. Manuel I, entre numerosos panos da Guiné e da Índia, ditos de Calecut, hissope de marfim (Dias, 1979: 82).

No inventário de bens de Álvaro Borges, que foi colono na Ilha de São Tomé, feito a quando da sua morte, em 1507, constam uma trompa e quatro colheres de marfim. Em 1515 foram declarados para pagamento de direitos aduaneiros, na Ilha de Santiago (Cabo Verde), "dois saleiros de marfim trabalhado", vindos da Guiné. Também quitação de bens, de 1517, refere seis colheres e três saleiros de marfim (Mota, 1975: 585-586).

Bem mais tarde, o inventário de bens de André Marques, piloto falecido na viagem de São Tomé para Portugal, regista uma dúzia de colheres e uma trompa de marfim (Mota, 1975: 586).

Apesar das referências mencionadas, não deixam de ser escassas outras informações literárias antigas a marfins afro-portugueses. Duarte Pacheco Pereira regista, por duas vezes, a existência de colheres de marfim na região da Serra Leoa, devidas ao povo Bolom, no seu Esmeraldo de Situ Orbis, escrito entre 1505 e 1508, antes de ter sido feitor de São Jorge na Mina (1519-1521), nos seguintes termos: "(...) nesta terra (Ilha dos Ídolos) fazem humas esteiras de palma muito fermosas & asy collares de marfim (...)" (Pereira, 1892, Livro 1, cap. 32.º: 55) e "(...) nesta terra se fazem as mais sotis colares de marfim & milhor lavradas que em nenhuma outra parte (...)" (Pereira, 1892: 56).

O alemão Valentim Fernandes na "Descrição da Costa Ocidental de África" (1505-1507/1510) escrita com informações de Álvaro Velho do Barreiro, que

esteve naquele continente entre 1499 e 1507, entre outras, relata: "Em Serra Lyoa som os homes muy sotijs muy egeniosos / fazem obras de marffim muy marauilhosas de ver de todallas cousas que lhes manda fazer. s. huus fazem colheyros outros saleyros outros punhos para dagas e qualquer outra sotileza", acrescentando: "Em esta terra há olliffantes muytos de que tem jnfijndos dentes que he marffins de que fazem todas suas obas louçãas" (fol. 136) (Bensaúde, 1997: 111).

O grande artista alemão Albrecht Dürer (1471-1528) faz menção, no seu diário, referente a estadia nos Países Baixos (1520-1521), à aquisição de dois saleiros de marfim, supostamente com aquela mesma procedência, em Antuérpia, no mês de Dezembro de 1520, por certo através da feitoria portuguesa, que diz serem de Calicut (Kozhikod, na Índia Ocidental do sub-continente indiano) e terem custado três florins (Goris e Marlier, 1971: 83). Esta atribuição de origem à Índia encontra--se generalizada a quase todos os bens ultramarinos, durante os séculos XVI e XVII, dado o grande apreço então conferido ao exotismo e magnificência das produções artísticas do subcontinente indiano, embora para tal tenha ainda contribuído a existência da Casa da Índia, que controlava as relações comerciais com o Ultramar. Até a porcelana e têxteis de origem sabidamente chinesa foram descritos como da Índia ou, mais especificamente, de Calecut.

Muito significativa é, também, a existência, no inventário de bens do primeiro Conde de Basto, D. Fernando de Castro, efectuado em 1582, de, entre numerosos itens provindos do Oriente, "Hum saleiro de marfim com des colheres de marfim" (Serrão, 2014: 15).

Constitui importante testemunho literário daquela produção, nos inícios do século XVII, o legado pelo Pde Manuel Álvares, em Etiópia Menor, que viveu na região da Serra Leoa, reconhecendo que os seus habitantes eram dotados de habilidade e inteligência, possuindo alguns deles imaginação artística, esculpindo imagens de madeira dos seus antepassados e muitas outras figuras. Também atestou que ali se faziam "colheres de marfim, tão acabadas, em cujos remates fazem as várias galantarias, como as cabeças de bichos, pássaros ou os seus próprios corofis (ídolos), com tanta perfeição que não há mais que ver." E continua descrevendo que produzem bancos redondos, com formas curiosas, semelhantes a lagartos e outras criaturas pequenas, para concluir que, à sua maneira, aqueles são talentosos artesãos. O mesmo autor informa que os chefes possuem trompas, possivelmente de marfim, e que os dentes de elefante daquela região existem em grande quantidade, sendo tão espessos que ninguém sozinho é capaz de transportar um deles (Mota, 1975: 587; Hair, 1990: 2, 5, 6, 11). Este último aspecto muito interessa à compreensão da produção ebúrnea afro-portuguesa da Serra Leoa, pois permite deduzir que tais dentes eram adequados à escultura de peças como os saleiros, que necessitavam de porções de marfim maciças e com grande diâmetro.

2. TESTEMUNHOS E O SEU CONTEXTO DE ORIGEM



Figura 1 – Localização da Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora em planta dos finais do século XVIII (seg. A. Vieira da Silva, 1950, planta nº 4).



Figura 2 – Imagem da fachada da igreja e dos corpos edificados do Mosteiro de São Vicente de Fora (http://alvor-silves.blogs-pot.pt/2011/04/sao-vicente-de-fora.html).

Entre os milhares de artefactos, completos ou fragmentados, exumados pelo Doutor Fernando Rodrigues Ferreira, durante as escavações arqueológicas que dirigiu em diferentes áreas do Mosteiro de São Vicente de Fora, encontrámos em exposição no núcleo museológico ali existente, dois fragmentos de colheres, de marfim, cujas decorações indicam procedência africana, mais concretamente de oficina, ou oficinas, da Serra Leoa, da responsabilidade do povo Sapi, antepassado dos actuais Sherbros. (Figura 1 e Figura 2)

Aquelas peças, procedentes de lixeira da cerca da casa religiosa, foram consideradas raras pelo arqueólogo referido, levando a que fossem expostas no núcleo museal resultante das escavações que realizou no complexo religioso, embora se tenham mantido inéditas. Quando as identificámos, propusemos ao Doutor Fernando Rodrigues Ferreira elaborar trabalho, em conjunto, que lhes conferissem a importância internacional que têm. Infelizmente aquele nosso Amigo, que conhecemos na adolescência, haveria de bruscamente desaparecer do nosso convívio, inviabilizando darmos com ele a conhecer as especificidades de tais achados, que agora se publicam.

Um daqueles testemunhos, reduzido a parte do cabo e ao arranque da concha de colher, mostra sector com secção circular, onde se observa elemento torso entre discos, e outro, hoje fracturado, plano com motivo entrançado, como que constituído por três cabos que pequenos orifícios ajudam a melhor separar. Mede 0,089 m de comprimento. (Figura 3)

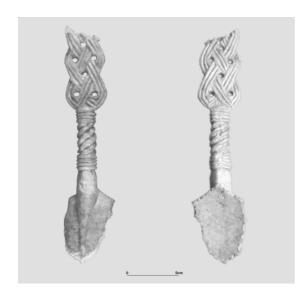


Figura 3 – Cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora. Fragmento de colher de marfim (foto N. Pires).

As decorações torsas, como cordas ou colunas, não são raras entre as produções ebúrneas dos Sapi ou do Benim, embora desconhecessem a sua manufactura ao torno. Também o motivo das bandas com cabos entrançados, contendo pequenos trépanos, surge em obras sapi. Ele ocorre na tampa do saleiro, de marfim, da antiga colecção Richard Rawlinson (século XVIII) hoje desaparecido, mas de que existe excelente gravura contendo duas vistas (Bassanni & Fagg, 1988: 227, fig. 22), no saleiro do Danish National Mu-

seum (Copenhaga) (Bassanni & Fagg, 1988: 136, fig. 173), assim como em trompas, uma conservada em colecção privada (Bassanni & Fagg, 1988: 92-93, 106, figs. 99, 128), e nos exemplares do Australian National Museum (Camberra) (Bassanni & Fagg, 1988: 100, fig. 112), The Paul and Ruth Tishman Collection (Los Angeles) (Bassanni & Fagg, 1988: 107, fig. 129), Merseyside County Museum (Liverpool) e Museum of Mankind (Londres), entre outras (Bassanni & Fagg, 1988: 237, n.os 100-102). (Figura 4)



Figura 4 – Saleiro da Colecção de Richard Rawlinson (1690-1755) e pormenor de trompa do Merseyside County Museum (Liverpool) (seg. Bassani e Fagg, 1988: 141, fig. 182).

A outra peça afro-portuguesa de São Vicente de Fora é, quanto a nós, a mais excepcional, igualmente correspondendo a cabo de colher, onde se reconhece elemento do arranque da concha, contendo a representação estilizada do busto de português e elementos decorativos diversos. Mede 0,132 m de comprimento. A cabeça da imagem antropomórfica encontra-se junto à concha, mostra expressiva face, de contorno oval, com os pormenores anatómicos bem reproduzidos, mas integrando o estilo próprio da concepção sapi, nomeadamente olhos grandes e salientes, possuindo nariz curvo, contendo três partes bem distintas, com as narinas dilatadas, ou seja, o português oferece feições africanas, embora sem o prognatismo de outras obras, caracterizador das representações de africanos. A identificação como português reside no corte do cabelo, comprido e liso, formando franja sobre a testa, o que os africanos não usavam devido a características capilares, em parte coberto por capacete redondo, de abas. Também o corpo e os braços oferecem vestimenta longa, abotoada ao centro do peito, cingida por cinturão, tudo bem à maneira europeia. A metade proximal do cabo apresenta elemento calado, de contorno trapeziforme, decorado através de cordões que intercalam com linhas perladas, contendo semi-esferas ou grânulos, terminando em botão cónico, formado por discos de diâmetros decrescentes e pequena carrapeta torsa. (Figura 5)

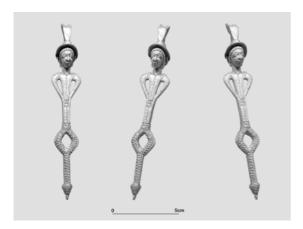


Figura 5 – Cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora. Cabo de colher, de marfim, com representação antropomórfica (foto N. Pires).

A atribuição da peça descrita a oficina sapi dos finais do século XV ou das primeiras décadas da centúria seguinte, a partir de paralelos estilísticos, não levanta problema, dada até a existência de semelhanças com a colher representada na pintura *Morte da Virgem*, atribuída ao Mestre do Paraíso (1520-1530) da oficina de Gregório Lopes, que se conserva no Museu Nacional de Arte Antiga. As afinidades residem no tratamento plástico dado ao terço proximal e na carrapeta terminal daquele cabo, cuja forma também existe em colher portuguesa, quinhentista, de prata.

Apesar de se conhecerem colheres com representações antropomórficas, apenas uma das quais é devida aos Sapi e encontra-se hoje no The Metropolitan Museum of Art (Nova Iorque) (Bassanni & Fagg, 1988: 86, fig. 82). Exemplar do Museum of Mankind (Londres), claramente mostrando português, ou as colheres do Ashmolean Museum (Oxford), pertencerão a produções do Benim. O cabo da colher de São Vicente de Fora é, pois, o único com imagem humana semelhante às que integram alguns saleiros, nomeadamente os exemplares do Museum of Mankind (Londres) (Bassanni & Fagg, 1988: 55, fig. 28), Museo Nazionale Preistorico Etnografico Luigi Pigorini (Roma), Museo Civico Medievale (Bolonha), Seatle Art Museum (Seatle) e o de colecção particular de Lisboa (Bassanni & Fagg, 1988: 52, fig. 24).

Saleiro sapi do Städtisches Museum Braunschweig (Bassanni & Fagg, 1988: 137, fig. 175) mostra a base decorada com grandes motivos trapezoidais perlados, idênticos aos que se observam na colher de São Vicente de Fora. (Figura 6 e Figura 7)



Figura 6 – Cabo de colher antropomórfica de São Vicente de Fora (A) e paralelos para os seus elementos em saleiros. B, Colecção privada, Lisboa; C, Museo Preistorico e Etnografico L. Pigorini, Roma; D, Stadtisches Museum (Braunschweig) (B, seg. Bassani e Fagg, 1988: 52, fig. 24; C, idem: 110, fig. 135; D, ibidem: 137, fig. 175). Repare-se na identidade do capacete, traços fisionómicos, vestimentas, elementos losangulares e em ziguezague ou no tratamento perlado.



Figura 7 – Representação de colher, de marfim, na pintura *Morte da Virgem*, atribuída ao Mestre do Paraíso (1520-1530) (seg. Bassani e Fagg, 1988: 85, figs. 80-81) e comparação com fragmento de colher de São Vicente de Fora, onde o terminal é igual.

3. OUTRAS OCORRÊNCIAS DE MARFINS AFRO-PORTUGUESES EM CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Conhecem-se por ora, cinco outras peças de marfim afro-portuguesas procedentes de contextos arqueológicos do Sul de Portugal, designadamente fragmento de colher ou garfo, encontrado na Rua da Cerca, em Almada, que representa cabeça de crocodilo, fragmento de um daqueles artefactos exumado do Largo de Jesus, em Lisboa, com a figuração de cabeça de ave, assim como pequena colher, completa, oferecendo o cabo torso e descoberta em silo da Avenida Miguel Fernandes, de Beja. Recentemente surgiram ave, que por certo encimava cabo de garfo ou de colher, e raríssimo fragmento de saleiro de oficina Owo (Yoruba, Nigéria) muito pouco conhecida.

Rua da Cerca, Almada

Importante vila, durante os séculos XVI e XVII, dada a fertilidade dos seus campos, a ligação ao estuário do Tejo e ao mar, como à proximidade com Lisboa, ali residiram membros da aristocracia e abastados comerciantes, tal como indivíduos que foram atraídos pelo Ultramar, entre os quais cumpre destacar diversos membros da poderosa Família Marchioni (Guidi-Buscoli, 2013: 58-59) e Fernão Mendes Pinto.

Escavação arqueológica, dirigida por Luís de Barros, da Câmara Municipal de Almada, na rua da Cerca, devida a obras de saneamento básico, conduziu à identificação de lixeira, dos finais do século XVI, onde se haveria de encontrar, além de bom número de cerâmicas com aquela cronologia, entre as quais fragmentos de faianças italianas e de porcelanas chinesas, uma conta de cornalina, pequeno bloco de turquesa e numismas cunhados nos reinados de D. João III (1521-1557) e de D. Sebastião (1557-1578), assim como o que julgamos ser sector do cabo de colher de marfim (MAH 4592) (Barros, 2000: 23, 68).

Aquela última peça representa cabeça de crocodilo entre dois elementos troncocónicos, mostrando os bordos ligeiramente denteados, talvez com carácter fitomórfico. Este motivo surge nos topos do corpo geométrico de colher, do Benim, onde também se observa ave e mão, que guarda o Museum für Völkerkunde (Viena) (Bassanni & Fagg, 1988: 172, fig. 228). O animal do fragmento de Almada mostra os olhos ovais, bem abertos e destacados, a boca semiaberta, onde se reconhecem os dentes, e toda a cabeça foi coberta por reticulado, finamente inciso, figurando as escamas.

Mede 0,047 m de comprimento e 0,013 m de diâmetro máximo.

A porção do cabo de colher descrita, além de dada a conhecer pelo seu descobridor, esteve presente em exposição sobre a expansão portuguesa, no Royal College of Art da cidade de Londres (Garcia e Pereira, 1993: fig. 10) e foi ainda referida em trabalho não publicado, sendo classificada como bini-portuguesa (Henriques, 2008: 12).

O tema zoomórfico mencionado ocorre em numerosas gramáticas iconográficas, tanto do continente africano, como asiático e da Austrália, conotado com a ferocidade de tais grandes sáurios, predadores e anfíbios, tal como com a sua ligação a antigos mitos e narrações alguns de carácter cosmogónico. Em várias zonas da África Ocidental, o crocodilo era considerado guardião do submundo, do mundo dos mortos que se situava para lá das águas oceânicas ou nas profundezas destas (Blier, 1993: 380, 394). O Museum of Mankind (Londres) conserva garfo cuja manufactura se deve aos Sapi, da Serra Leoa, com crocodilo no terço proximal do cabo, que termina em dois elementos esféricos (Bassanni & Fagg, 1988: 131, fig. 167). Colher, com aquela origem, hoje no Museu da América (Madrid), mostra no cabo decoração torsa e elemento troncocónico do tipo dos que vemos na peça de Almada (Bassanni & Fagg, 1988: 58, fig. 31). Todavia, a escultura de Almada, mais idealizada e menos elegante que as produções sapi, aproxima-se melhor das realizações ebúrneas do Benim, da autoria, no século XVI, dos Bini. De facto, encontramos algumas semelhanças entre aquela peça e a cabeça da montada de um dos cavaleiros do saleiro que se conserva no Museu Nacional de Arte Antiga. A expressividade da boca semiaberta, patenteando os dentes, e os olhos ovais alongados que observamos em ambas figurações, para além das óbvias diferenças de carácter específico (cabeça de cavalo e cabeça de crocodilo), sugere ligações pertinentes, podendo-se, quiçá, entrever que aqueles constituem obras de uma mesma oficina. A peça do museu português, onde E. Bassani e W.B. Fagg (1988: 182, 186, figs. 247, 248) tinham reparado na parecença entre a cabeça de cavalo com a boca aberta e cabecas de crocodilo foram, por eles atribuída a artista (VIII) que terá trabalhado na segunda metade do século XVI.

Duas colheres, dadas como das oficinas do Reino do Benim oferecem cabeças de crocodilo nos cabos. Em uma, no Musée do Quai Branly (Paris), segurando, pela extremidade das mandíbulas, braço humano (Bassani, 2008: 92, fig. 95) e na outra, de colecção portuguesa, um tronco humano, com os braços erguidos ao alto (Dias, 2004: 41, fig. 7). (Figura 8A)

Largo de Jesus, Lisboa

Obras relacionadas com a construção de parque de estacionamento subterrâneo no Largo de Jesus, na freguesia das Mercês, obrigaram a escavação arqueológica de vasta área daquele espaço, em 2005. De tais trabalhos resultaram a identificação de zona associada a olaria de faiança do século XVII e de infra-estruturas, talvez do que é hoje o Palácio Mendia, assim como de arranjo efectuado no século XVIII.

Entre o espólio recuperado em diferentes pontos da intervenção, datado genericamente no século XVII (Santos, 2007: 399), contam-se fragmentos de faiança portuguesa, com aquela cronologia, a par de raros pedaços de porcelanas chinesas, de recipientes de vidro e de cerâmicas comuns, assim como pequenos objectos metálicos ou de osso, tal como peça de marfim zoomórfica (Santos, 2007: 398, fig. 47). Esta, muito fracturada, representa o que sugere tratar-se de cabeça e parte do pescoço de ave, talvez uma garça-real (Ardea cinerea) dada a presença dos olhos circulares, com bico que seria longo e entreaberto, cujas penas foram figuradas através de reticulado inciso. Ajuda a identificar o animal representado a ausência de reticulado no bico, que é liso, pois os crocodilos surgem com aquela decoração nas mandíbulas.

Colher, bini-portuguesa do Städtisches Museum de Braunschweiz, mostra o cabo encimado por ave, de longo bico, possuindo os típicos olhos circulares, rodeados por anel, assim como o pescoço e as asas reticuladas através de incisões, tal como acontece na peça do Largo de Jesus (Bassanni & Fagg, 1988: 246, no 167).

O fragmento escultórico do Largo de Jesus, que por certo fez parte de colher ou garfo, apresenta soluções técnicas e artísticas que o aproximam do fragmento de Almada, embora figurando espécie distinta, pelo que pode ser classificado como bini-português. Ele provém de zona onde ainda hoje existem importantes palácios e o Convento de Jesus, cuja urbanização se terá iniciado nos finais do século XVI. Mede 0,052 m de comprimento. (Figura 8B)

Avenida Miguel Fernandes, Beja

Uma vez mais escavações arqueológicas, motivadas pela construção de parque de estacionamento subterrâneo, proporcionaram, em 2003 e 2004, a des-

coberta de 137 silos, em um dos quais se exumou pequena colher de marfim, que classificamos como afro-portuguesa. Apesar de ainda se desconhecerem os materiais arqueológicos encontrados associados àquela peça, a maioria dos silos continha espólio dos séculos XV e XVI, embora mais raramente, foram detectados testemunhos das centúrias seguintes. Aquelas estruturas negativas que se situavam em zona exterior às muralhas que cercavam o antigo núcleo urbano, mas próximas delas, tiveram como função primária o armazenamento de cereais, de que a região era rica, tendo deixado de ter tal destino em 1579, dada a criação do Celeiro Comunitário e sendo reutilizados como lixeiras, aspecto recorrente mas que muito importa à datação da colher em apreço (Martins et alii, 2010a; 2010b).

Aquela, apesar de algo danificada no contorno da concha, encontra-se completa. A concha é oval, na sua ligação ao cabo apresenta incisões e este, com secção circular, oferece decoração torsa, terminando em disco, algo maior que o diâmetro do cabo. A torsão do cabo é constituída por três cordões que são sucessivamente mais apertados a partir da zona de ligação à concha. Mede 0,148 m de comprimento, 0,020 m de largura na concha e 0,011 m de diâmetro na extremidade do cabo. Foi mencionada em trabalho académico, onde é classificada com sapi-portuguesa, dada a presença da decoração torcida e a forma da concha que, quando com tal origem, é em geral mais arredondada e menos comprida que a das colheres bini-portuguesas (Henriques, 2008: 10, 12). Estas últimas podem ter tido influência de colheres orientais, talhadas em madrepérola de grandes valvas de moluscos do Índico ou do Pacífico.

A decoração singela que esta peça mostra, com motivo inspirado na cordoaria ou na arquitectura, é bem conhecida nas produções ebúrneas dos Sapi. Embora com enrolamento formado por apenas um cordão, uma das colheres de São Vicente de Fora apresenta cabo com solução afim, que também encontramos em colher e em garfo, atribuído aos Sapi, do Musée National de la Renaissance (Ecouen) (Bassani, 2008: 50, figs. 41-42). Trata-se, pois, de mais uma produção da Serra Leoa, embora com cronologia difficil de precisar, mas, dado o contexto histórico-arqueológico em que jazia, anterior aos finais do século XVI. (Figura 8C)

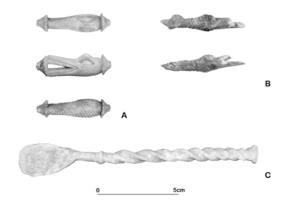


Figura 8 – **A.** Fragmento de cabo de colher ou garfo de marfim. Rua da Cerca, Almada (foto L. de Barros); **B.** Largo de Jesus, Lisboa. Fragmento de cabeça de ave, de marfim (foto T. M. Casimiro, 2016); **C.** Colher de marfim, de Beja (seg. Henriques, 2008, fig. 4).

Descobertas recentes

Fragmento de garfo ou de colher, descoberto em Lisboa, mostra ave pernalta completa, de pé, possivelmente íbis, possuindo os olhos circulares, em relevo, e o corpo tal como parte das asas reticulados. O bico encontra-se fracturado e mede 0,05 m de altura. Existem paralelos muito próximos para o mesmo tipo de ave, no topo de colheres, na peça anteriormente referida e em exemplar bini-português, atribuído ao século XVI, de colecção particular portuguesa (Lowe, 2016: 119, n.º 48). (Figura 9B)

A segunda descoberta recente, pelo que desconhecemos a sua origem precisa, procede de aterro da zona ribeirinha de Lisboa e respeita a parte do volume inferior de raro saleiro owo-português, produzido na Nigéria. Este centro artístico, identificado por E. W. Bassani e W. B. Fagg (1988: 191-196), através de escasso número de peças, conta agora com mais um exemplar. O fragmento em apreço oferece parte do pé, decorado por elementos losangulares e triangulares incisos e de corpo hemisférico, onde pares de aves rodeiam peixe de grandes dimensões (mudfish), em quatro métopas, que seriam delimitadas por dois macacos e duas personagens femininas ajoelhadas, em volume, de que se conserva apenas uma de cada. Moldura com motivos triangulares e círculos decoram o bordo onde assentaria a cobertura, possivelmente encimada por outro recipiente, também provido de tampa.

O único paralelo para este recipiente excepcional encontra-se no Kunsthistorisches Museum de Viena, descrito em 1806 e em cuja base existe etiqueta com a inscrição "urna pera sal", que pode indicar procedência itálica. Também no corpo inferior desta peça

intercalam dois macacos com duas figuras femininas ajoelhadas, oferecendo quatro métopas, onde aves rodeiam cabeças de grandes peixes. O pé é igualmente decorado através de elementos geométricos, preenchidos por incisões paralelas. Foi atribuído a oficina yoruba de Owo, cuja produção é rara e por isso pouco conhecida (Bassanni & Fagg, 1988: 191-196, 247, fig. 261, n.º 179). As aves e os peixes que decoram o fragmento de saleiro de Lisboa constituem gramática que deve conotar-se com o mundo transcendente, ligado às águas oceânicas (Blier, 1993: 380). (Figura 9A)





Figura 9 – Fragmento de saleiro yoruba-português, de Lisboa (A) (seg. https://sketchfab.com/models/bac1b0112d08469b98e-f0c3035ab162e) e cabo de colher ou de garfo bini-português, de Lisboa (B) (seg. https://sketchfab.com/models/419bbd0de 0b948baade944deff29b7f1).

4. DA ARTE AFRO-PORTUGUESA

O termo afro-português, criado por William B. Fagg e divulgado a partir da obra seminal *Afro-Portuguese lvories*, publicada em 1959, designa conjunto diversificado de artefactos, produzidos sobretudo em marfim de elefante, sob influência da presença económica e cultural portuguesa, em quatro zonas do litoral da África Ocidental, a Serra Leoa, o Benim, o País Yoruba (Nigéria) e o Congo.

Cada um daqueles centros, onde existiam à data da chegada dos Portugueses, comunidades humanas com economia e organização social complexas, lideradas por elites cultas, embora iletradas, que foram capazes de fomentar o desenvolvimento artístico, tanto ligado à superstrutura religiosa como à demonstração do poder. Todavia, embora o interesse por tais produções ebúrneas por parte dos europeus remonte aos finais do século XV e sobretudo às duas centúrias seguintes, quando reis, aristocratas e altas figuras de clero, as apreciam, coleccionam e usam, foi ainda W. B. Fagq,

mas agora com Ezio Bassani que as remeteram para a consagração internacional através da mostra "Africa and the Renaissance: Art in Ivory" (1988) e o monumental catálogo que a acompanhou. Este tornou-se instrumento incontornável, tanto para os amantes da arte afro-portuguesa como para os seus investigadores.

Ali surgem importantes textos para enquadramento histórico e crítico daquelas manifestações artísticas, tal como *catalogue raisonné*, onde se procurou reunir todas as peças que então foi possível conhecer, guardadas em museus e outras colecções, públicas e privadas, ascendendo o número das atribuídas aos séculos XV e XVI a apenas cerca de duas centenas, inteiras ou fragmentadas, distribuídas pelos grandes centros produtores anteriormente assinalados.

Ulteriormente E. Bassani (1994) escreveu artigo dando conta de mais de uma dezena de marfins afro-portugueses, entretanto identificados, e o mesmo haveria de comissariar a mostra que esteve patente no Musée du Quai Branly (Paris) intitulada *Ivoires d'Afrique dans les Anciennes Collections Françaises* (Bassani, 2008), de que se editou catálogo crítico bem ilustrado.

No pouco dinâmico panorama nacional, o pioneirismo na área referida, como em outras, coube a José de Figueiredo (1938) com o estudo de marfim afro--português, a píxide do Museu Grão Vasco, de Viseu, a que chama "obra luso-africana" e data nos finais do século XV, embora a atribua ao Reino do Congo. Em 1953, Reynaldo dos Santos (pp. 443-445), não deixou de referir, na monumental História da Arte em Portugal, que dirigiu com Diogo de Macedo, a píxide do museu de Viseu, assim como duas trompas e saleiro do British Museum, peças que classificou como do Reino do Benim e no século XVI. Luís Reis Santos (1962) dedicaria artigo, na Colóquio - Revista de Artes e Letras, aos bronzes do Benim no quadro das relações afro--portuguesas. Deve-se a Teixeira da Mota (1975) importante compilação de documentos, do século XV ao XVII, relativos à presença de marfins da Serra Leoa e do Benim, na sociedade portuguesa, trabalho muito utilizado por diferentes investigadores. Só em 1951 o Museu Nacional de Arte Antiga haveria de incluir nas suas colecções saleiro de marfim originário do Reino do Benim, adquirido em hasta pública, a que se sucedeu a incorporação de outras peças afro-portuguesas.

5. COMENTÁRIOS

Além da evidente escassez de testemunhos da arte afro-portuguesa, poucos são os que possuem biografia recuada e nenhum deles foi encontrado em contexto funcional ou mesmo deposicional, indicando o seu uso primário. Bem pelo contrário, as peças agora reunidas, algumas inéditas e outras escotamente dadas a conhecer, provêm de sítios arqueológicos portugueses, permitindo reconhecer novos exemplares de universo restrito, mas, sobretudo, um diferente tipo de contextualização e, assim, abordar novas problemáticas.

Alguns daqueles aspectos derivam do facto de serem os únicos artefactos afro-portugueses encontrados em contextos arqueológicos, embora com carácter deposicional secundário, correspondendo a lixeiras. Recordemos que todas as restantes peças afro--portuguesas foram conservadas nas salas de maravilhas ou de arte (cabinet de curiosités, wunderkammer e kunstkammer), constituíram itens de colecção ou de aparato, detidos pelas elites políticas e casas reais europeias, como a Família Medici, de Florença, o Arquiduque Fernando do Tirol, o Grão-Duque da Toscânia, o Grão-Duque da Saxónia, o Duque de Sabóia, o Rei da Dinamarca e a Casa Real Portuguesa. Todavia, D. Catarina de Áustria (1507-1578) irmã de Carlos V e que foi mulher de D. João III, apesar de grande coleccionadora de pintura e de porcelana, entre outros objectos exóticos, parece não ter mostrado interesse pelos marfins afro-portugueses (Gschwend, 1993: 64).

Aqueles objectos, quando em contexto europeu, fora de Portugal, mantêm ainda esse estatuto. Bem pelo contrário, os restos de artefactos afro-portugueses procedentes de escavações arqueológicas indicam terem tido funcionalidade, em termos práticos, e ao quebrarem-se, ou por quaisquer outras razões, foram postos fora de uso, acabando em monturos. Uma das colheres de São Vicente de Fora partiu na ligação do cabo com a concha, a zona mais frágil, mostrando a colher de Beja claros sinais de intenso uso, evidenciando ambas a sua utilização nos quotidianos, aspecto que o estado fragmentado das restantes peças também pode denunciar.

Tais testemunhos indicam um novo tipo de biografia para aqueles artefactos, reflectindo comportamentos sociais, cuja existência talvez apenas o contexto
cultural e económico português possibilitasse, dada
a ligação com o "país de origem" daqueles. Recordemos que nas proximidades do Largo de Jesus em
Lisboa, existiram importantes palácios e convento,
que na actual rua da Cerca, em Almada, se erguia casa
senhorial, ou talvez igualmente até instalações conventuais e que São Vicente de Fora foi um dos grandes
mosteiros de Lisboa. Assim, as peças afro-portuguesas
não foram exumadas longe de contextos sociais não
só abastados como culturalmente evoluídos e, até,

requintados, capazes de apreciarem e de as usarem, sem que fossem consideradas apenas peças de colecção. Não esqueçamos que visitações efectuadas aos templos da Ordem de Santiago, no Sul de Portugal, dos finais do século XV e durante o século XVI registam abundantes alfaias religiosas, principalmente têxteis, cuja procedência é explicitamente atribuída à Costa da Guiné e a diferentes pontos do subcontinente indiano, onde sabemos terem chegado, com abundância, também os têxteis chineses, nomeadamente de seda. Este aspecto remete-nos para a grande aceitação e, até, o desejo de se obterem artefactos exóticos, de qualidade, tendo em vista prestigiarem a actividade religiosa, o mesmo acontecendo em relação com as formas de representação de bem-estar entre as elites aristocráticas e burguesas.

Importa referir que, conforme o registo feito em 1505 pela Casa da Índia e da Guiné, os objectos de marfim ali declarados pertenciam a marinheiros, a um capitão da Mina (Diogo Lopez de Sequeira), um escrivão e até a clérigo, além de alguns serem propriedade de mercadores (Mota, 1975: 581-583). Trata-se pois de itens que seriam sobretudo destinados ao comércio, trazidos como muitos outros das paragens exóticas do Ultramar.

Os marfins afro-portugueses, produzidos pelos Yoruba (Nigéria) são os mais raros, embora os Sapi, da Serra Leoa, sejam os mais minuciosamente trabalhados, oferecendo soluções plásticas mais originais e estética de formas elegantes. A colher de São Vicente de Fora, com a representação de português é, conforme dissemos, a segunda colher sapi que se conhece com figura antropomórfica. A sua importância torna-se ainda maior dado que aquela imagem encontra paralelos em saleiros, talvez indicando alguma complementaridade funcional entre os dois tipos de artefactos e, seguramente, a diversidade dos trabalhos produzidos por um mesmo artista ou oficina.

Ao adicionarmos ao catálogo de E. Bassani e W. B. Fagg (1988) as peças portuguesas com origem arqueológica e mais algumas que aqueles não tiveram oportunidade de conhecer, verificamos ser o número de saleiros, recipientes assim classificados pela primeira vez por A. Wollaston Franks (Fagg, 1959: XI), igual ao de colheres, constituindo ambos cerca de 70% daqueles testemunhos, existindo ainda 20% de trompas (olifantes) e, em menor quantidade, polvorinhos, píxides, garfos, tal como outros artefactos. Importa ter em conta que W. B. Fagg (1959: 180) estimou que as peças chegadas aos nossos dias, serão menos de 10% das primitivamente existentes.

Os autores citados contaram pouco mais de uma centena de artefactos de marfim atribuíveis às produções da Serra Leoa, possivelmente oriundos de três ou quatro oficinas, correspondendo os saleiros a cerca de 52% e as trompas a 33%, alcançando as colheres apenas 8% e os garfos 3% (Bassanni & Fagg, 1988: 61; Bassani, 1994: 37).

Aqueles terão sido executados entre 1490 e meados do século XVI, quando a zona foi invadida pelos Mani/Mane (Mende), facto que segundo alguns investigadores, poderá ter incrementado a produção do mesmo tipo de artefactos no Reino do Benim, durante toda a segunda metade do século XVI (Fagg, 1959: 176-177).

P. Mark (2010: 181) pretendeu contrariar aquele modelo ao admitir que os Sapi continuaram a trabalhar o marfim, para o comércio com os Portugueses, até 1580, esteando-se em informações que dão conta da produção na região da Serra Leoa, de trompas de marfim que, quanto a nós podem, muito bem ser de manufactura Mende. De facto, não se fala mais na documentação chegada até nós de colheres, ou saleiros, embora possa ter havido alguma produção residual. Saleiro sapi da colecção Entwistle, com colunas e arcos perlados, na base, intercalando com personagens antropomórficas sentadas, foi datado, através do radiocarbono, obtendo-se intervalo cronológico situado em 1438-1518 cal. A.D. (Bobin e Bouvier, 2013: 140). Aguardamos que novas datações absolutas possam lançar mais luz sobre a questão cronológica.

Para a produção do Reino do Benim identificaram-se apenas, cerca de sete dezenas de peças, de marfim, dominando quantitativamente as colheres (74%) dado que os saleiros correspondem a 22% e as trompas a 4% (Bassanni & Fagg, 1988: 150).

No que concerne aos saleiros, muitos deles possuem dois recipientes, que têm sido interpretados como para guardarem sal e pimenta, pelo que tais pecas deveriam de ser chamadas especieiros.

"Colheres de dente de elefante, muito curiosamente trabalhadas com diversos tipos de aves e animais nelas feitos (...)." é tida como a primeira descrição de colheres de marfim do Benim, de 1588, e deve-se a James Welsh, que foi mestre do navio Richard of Arundel (Mota, 1975: 588; Fagg e Bassani, 1988: 53, 60) e a última, de 1621, coube a García Mendes Castello Branco que escreveu: "D'ali trazem umas «cucharas» de marfim mui curiosas que eles fazem" (Mota, 1975: 587; Cordeiro, 1881: 27).

A excelência dos marfins afro-portugueses, onde se incluem as peças agora reunidas, e constituindo a primeira arte africana para exportação, reflecte o resultado do impacto provocado pela chegada dos europeus à África Equatorial e a clara miscigenação ou hibridização, de conhecimentos diversos, sobretudo de formas, de soluções técnicas e decorativas de origem europeia com a matéria-prima, gramáticas estéticas e variados aspectos culturais africanos, nomeadamente de carácter sócio-religioso, características que as enriquecem e potenciam o seu significado histórico-transcultural, a par da sua originalidade artística.

AGRADECIMENTOS

O autor encontra-se reconhecido a Luís de Barros, Tânia Manuel Casimiro, José Pedro Henriques, Andrea Martins e Nuno Pires, pela cedência de imagens, tal como de informações diversas sobre as peças apresentadas. E também ao Amigo, Professor Doutor Vítor Serrão, pelos incentivos para que publicássemos o presente estudo.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luís de (2000) – "Arqueologia urbana em Almada" in Antunes, L. P. (coord.) *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. O Passado como Expressão do Presente*. Almada: Câmara Municipal de Almada (pp. 21-37).

BASSANI, Ezio (1994) – Additional notes on the Afro-Portuguese Ivories. *African Arts*, XXVII (3). [S. I.]: UCLA James S. Coleman African Studies Center (pp. 34-45).

BASSANI, Ezio (2008) – Ivoires d'Afrique dans les Anciennes Collections Françaises. Paris: Actes Sud.

BASSANI, Ezio; FAGG, William Buller (1988) – Africa and the Renaissance: Art in Ivory. New York: The Center for African Art and Prestel-Verlag.

BENSAÚDE, J. (ed.) (1997) – *Códice de Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

BLIER, Suzanne Preston (1993) – Imaging otherness in ivory: African Portrayals of the Portuguese ca. 1492. *The Art Bulletin*, LXXV (3). New York: College Art Association (pp. 375-396).

BOBIN, Olivier; BOUVIER, Armel (2013) – Carbone 14. Datation de l'art tribal. *Tribal Art*, 69. Arquennes: Primedia (pp. 138-142).

CORDEIRO, Luciano (1881) – Viagens, Explorações e Conquistas dos Portugueses. 1574-1620. Da Mina ao Cabo Negro. Lisboa: Imprensa Nacional.

DIAS, Pedro (1979) — Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos Artísticos. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DIAS, Pedro (2004) – A Arte do Marfim. O Mundo onde os Portugueses Chegaram. Porto: V.O.C. Antiguidades, Lda.

FAGG, William Buller (1959) – *Afro-Portuguese Ivories*. London: Batchworth Press.

FIGUEIREDO, José de (1938) – "O hostiário de marfim" existente no Museu Grão Vasco. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, III. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes (pp. 36-37, V ests.)

GARCIA, José Manuel; PEREIRA, Rui (1993) – Portugal in the Opening of the World. Original Pieces and Facsimiles. London: Royal College of Art.

GORIS, Jan-Albert; MARLIER, Georges (1971) – Albrecht Dürer. Diary of His Journey to the Netherlands, 1520-1521. Greenwich: New York Graphic Society Ltd.

GUIDI-BRUSCOLI, Francesco (2013) — Bartolomeu Marchionni: um mercador-banqueiro florentino em Lisboa (séculos XV-XVI). In *Lisboa dos Italianos: História e Arte (Sécs XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», Universidade de Lisboa (pp. 39-60).

GSCHWEND, Annemarie Jordan (1993) – Catarina de Áustria. Colecção e Kunstkammer de uma princesa renascentista. *Oceanos*, 16. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (pp. 62-70).

HAIR, Paul Edward Hedley (ed.) (1990) – Ethiopia Minor and a Geographical Account of the Province of Sierra Leone (c. 1615), Pe Manuel Álvares. Liverpool: Department of History, University of Liverpool.

HENRIQUES, José Pedro (2008) – Duas colheres afro-portuguesas encontradas em contextos arqueológicos (Beja, Almada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [texto não publicado].

LOWE, Kate J. P. (2015) – "Made in Africa: West African luxury goods for Lisbon's markets" in Gschwend, A. J.; Lowe, K. (edit.) *The Global City. On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Halberton Publishing (pp. 163-177).

LOWE, Kate J. P. (2016) – "Colheres da África Ocidental na Lisboa renascentista: Marfim, prata e a representação do estatuto social" in Gschwend, A. J.; Lowe, K. (edit.) A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional – Casa da Moeda (pp. 118-121).

MARK, Peter (2010) – "On the misattribution of the luso-african ivories: Why art historical scholarship must be based on a critical interpretation of historical documents" in Mendonça, I. M. G.; Correia, A. P. R. (coord.) As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. e Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (pp. 175-182).

MARTINS, Andrea; NEVES, César; ALDEIAS, Vera (2010a) – "Arqueologia Medieval-Moderna – Os silos da Avenida Miguel Fernandes, Beja" in Sebastián, L. (coord.) As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueo-

logia Peninsular (Promontória Monográfica, 13). Faro: Núcleo de Arqueologia e Paleociências/Universidade do Algarve (pp. 205-212).

MARTINS, Andrea; NEVES, César; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010b) – Sobre um conjunto de silos de Beja: a Avenida Miguel Fernandes. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (pp. 145-165).

MOTA, Avelino Teixeira da (1975) – Gli avori africani nella documentazione portoghese dei secoli XV-XVII. *Africa*, 30 (4). Roma: Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente (pp. 580-589).

PEREIRA, Duarte Pacheco (1892) – Esmeraldo de Situ Orbis. Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTOS, Luís Reis (1962) – Bronzes do Benim com motivos portugueses. *Colóquio – Revista de Artes e Letras*, 18. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (pp. 1-7).

SANTOS, Maria João (2007) – Largo de Jesus: contributo para a história incógnita de Lisboa antiga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10:1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (pp. 381-389).

SANTOS, Reynaldo dos (1953) – História da Arte em Portugal. Porto: Portucalense Editora, SARL.

SERRÃO, Vítor Manuel (2014) – As artes decorativas na colecção palaciana do 1º Conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no Tempo dos Filipes. *Artis*, 2. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa (pp. 9-21).

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1950) – *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

